



APAGAMENTO DO SUJEITO E CULTURA DE POVOS INDÍGENAS

Maria Eduarda Nogueira Afonso Oliveira ¹

Angelo Luiz Ferro²

RESUMO

O seguinte trabalho objetiva apresentar uma perspectiva do movimento histórico de apagamento da cultura e do indivíduo indígena. O Brasil se organizou enquanto colônia e, depois, Estado independente de maneira a reproduzir as consequências do processo de invasão e colonização portuguesa, os quais perpetuam até os dias de hoje, que estigmatizam os povos originários e mimetizam a falta de políticas públicas para essa parcela populacional. A psicologia, enquanto ciência e profissão, deve combater toda prática de exclusão e violência, de acordo com seu código de ética, mas a pergunta que se faz é: será que a psicologia sempre ocupou esse lugar? A psicologia foi regulamentada no Brasil há pouco tempo, tem 63 anos, e – sendo um saber e tendo uma epistemologia colonizadora - Para além de uma história representada por violência e omissão a sua ancestralidade, causadas pela sociedade, a psicologia se utilizou de narrativas dominantes para não pensar, ou achar que a questão dos povos indígenas não era uma implicação da psicologia. No entanto, constata-se que na atual conjuntura, a psicologia se organiza a fim de dirimir sua falha neste processo, se organizando enquanto uma ciência e uma profissão que está implicada na questão dos povos originários e, mais que isso, na questão de romper a violência e a discriminação perpetuada pela sociedade contra estes.

Palavras-chave: Sujeito; Psicologia; Atuação profissional.

¹ Discente do 3º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente.

² Docente do e coordenador do curso de psicologia do Centro Universitário Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Graduado e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP); Doutorando em Psicologia Clínica pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenador do Grupo de Estudo em Psicanálise e Subjetividade (Gepsi). e-mail angelolferro@gmail.com. Orientador do trabalho.

INTRODUÇÃO

Pensar sobre a questão dos povos indígenas no Brasil está condicionado, também, no lugar que eles ocuparam na sociedade desde o período de colonização. No que se refere a um processo de colonização, compreendemos como a sobreposição de crenças e identidades históricas a partir da invasão de um povo que trouxe imposição cultural e ideológica para os povos já existentes, a sua história foi cruzada pela limitação identitária dos europeus e assim pode-se exprimir, minimamente, o começo de uma luta política e identitária. Assim, a história de formação do Brasil então se dá pela inversão e sobreposição de cultura dos povos indígenas para a valorização e imposição europeia de pensar, se comportar e se organizar enquanto estrutura social. Os povos indígenas tiveram que lutar pelo seu espaço na própria história do Brasil, o ponto central é que até mesmo o espaço nos livros didáticos escolares chegara às custas de muita luta. Diante disso, este trabalho tem o objetivo de questionar uma falta ainda maior, do senso de pertencimento, ao espaço do sujeito e sua subjetividade. Nota-se que nos âmbitos acadêmicos, as discussões nos cursos de psicologia ainda são escassas, ou a perspectiva de olhar ainda está muito ligada à visão do colonizador, com perspectivas coloniais e eurocêntricas, para tratar das questões dos povos originários.

O presente trabalho compreende que a sociedade brasileira - como um todo - perpetua formas e aparatos de violência que permitiram o apagamento do sujeito e da cultura indígena em diversas perspectivas, desde o genocídio de seus múltiplos povos quanto do apagamento de sua ancestralidade, a falta de valorização de saberes indígenas e seu abandono por parte estatal, sua falta em espaços universitários e a estigmatização de sua existência. (Kahmann *et al*, 2020)

Faz-se importante enfatizar que há necessidade de abrir espaços para discussão de possibilidades para novas lutas e a reafirmação do que já é feito no cenário nacional e mundial, que toma força com o discurso e preocupação ambiental.

A subjetividade e o sujeito

Com aporte das ideias postuladas por González-Rey (2003, *apud* Silva e Garcia, 2011) a subjetividade se constrói e se constitui a partir do contínuo movimento das redes de relação que caracterizam o desenvolvimento social, sendo um sistema múltiplo e complexo que conversa com os dos processos psíquicos, sistêmicos, dialógicos e dialéticos do próprio indivíduo o tornando assim um só, plural no mundo enquanto sujeito expandindo-se pela pulsão de seus próprios desejos.

Acerca de sua teoria da subjetividade, o autor propõe que

Os meus interesses pela Teoria da Personalidade foram evoluindo durante meu trânsito pela psicologia social e pela psicologia da saúde, levando-me à procura de um termo mais abrangente que me permitisse articular meus interesses tanto no sujeito individual como nos complexos processos sociais, políticos e institucionais que caracterizavam sua vida. Foi assim que, com a publicação de *Epistemologia Cualitativa y Subjetividad*, articulei, pela primeira vez, a definição de subjetividade, já introduzida por mim em 1991, em um marco mais abrangente em que se considerava tanto a nova definição teórica como suas exigências epistemológicas. Nesse trabalho defendi também a articulação entre personalidade e subjetividade (Rey, 2005, p. 31).

O autor revela uma insatisfação com os limites tradicionais da Teoria da Personalidade, que muitas vezes privilegia o sujeito isolado de seus contextos sociais. Rey busca, então, um conceito que transcenda essa dicotomia sujeito-indivíduo vs. sociedade, ou seja, algo que abarque tanto a singularidade subjetiva quanto os processos históricos, políticos e institucionais. Essa proposta marca um ponto de inflexão na psicologia latino-americana ao propor uma epistemologia qualitativa que considera a subjetividade como categoria central de análise.

Segundo Rey (2005) faz-se importante reconhecer que é possível pensar a personalidade não apenas como estrutura individual, mas como algo atravessado pela subjetividade histórica, cultural e política. Com isso, ele oferece uma visão crítica e ampliada da psicologia da personalidade, alinhada aos desafios contemporâneos da psicologia crítica latino-americana. Assim, a questão dos povos indígenas deve ser analisada, também, por esse viés.

Vygotsky, propõe que a subjetividade também se constitui de uma relação com o mundo material e social conseguinte às experiências humanas e as ideias produzidas a partir dessas experiências, sendo assim a base de uma sociedade.

A partir de Vygotski, toma-se a subjetividade constituída na intersubjetividade, portanto a partir do significado. Mas o significado, que é social e objetivo, é apropriado pelo sujeito a partir de sua atividade, o que implica uma subjetividade própria de cada sujeito, o que se expressa na atribuição de sentidos pessoais. Os sentidos representariam a síntese entre a objetividade e a subjetividade, já que unificam a atividade do sujeito sobre o objeto, o significado social produzido intersubjetivamente e que representa a atividade sobre o objeto e a subjetividade na sua dimensão emocional (subjetiva) e ativa (objetiva). (Gonçalves, 2001, p.72).

Segundo Gonçalves (2009), Vygotsky compreende que a subjetividade não é inata nem isolada, mas se constitui a partir da intersubjetividade — ou seja, das relações sociais e da comunicação com os outros. A intersubjetividade é o espaço onde os indivíduos compartilham significados, conceitos, símbolos e experiências. Portanto, a subjetividade se forma a partir do significado, que é inicialmente social e objetivo, já que surge na interação entre as pessoas, nos processos históricos e culturais da sociedade. Contudo, cada sujeito não recebe passivamente esse significado social.

Pelo contrário, ele o apropria ativamente por meio de sua atividade concreta no mundo — suas ações, escolhas, vivências e relações. Esse processo de apropriação é singular e gera o que se chama de "sentido": uma forma pessoal, subjetiva e emocional de viver e interpretar aquele significado social. Nesse contexto, os sentidos pessoais representam uma síntese entre o social (objetivo) e o individual (subjetivo). Eles são a forma como o sujeito internaliza e ressignifica os significados sociais, de acordo com sua história de vida, suas emoções, desejos e experiências. Desta feita, a subjetividade é compreendida como um processo dinâmico, histórico e relacional, onde o sujeito é ao mesmo tempo produto e produtor de significados.

O teórico Ferrarini (2009) propõe que a psicologia trabalha com a pluralidade, de modo com que haja ligação a saberes psicológicos e a construção de subjetividade do sujeito, estabelecendo em consenso a importância e impacto social diante essa estrutura ímpar que entrelaça a parte orgânica do indivíduo aos seus próprios desejos.

A produção de subjetividade, assim, se inscreve na estrutura do sujeito, sendo de forma singular, complexa e particular se manifestando nos seus desejos mediante a uma construção social e histórica (Silva e Garcia, 2009) que percorrem um campo cheio de possibilidade e limites que inclusive permeia por relações de poder, relações essas que foram estudadas com Michel Foucault e que para ele fazem parte de uma produção e moldagem do sujeito, tomando esse conceito como um processo a “subjetivação” onde o meio social opera na própria construção do sujeito para além de uma opressão e dominação da subjetividade, trabalhando o conceito de disciplina e submissão nas relações de poder.

O esforço por negar a pessoas indígenas uma alma e uma humanidade, bem como uma história, uma religião, uma língua e uma cultura, relacionava-se à intenção de legitimar juridicamente a espoliação de suas riquezas, a destruição de suas comunidades e de submetê-las a trabalhos forçados. (Kahmann *et al*, 2020, p. 67).

A negação da humanidade dos povos indígenas foi um instrumento utilizado para justificar a condição de dominação, exploração e apagamento cultural. Essa desumanização não foi acidental ou apenas fruto de preconceito, mas um ato intencional e estratégico com objetivos políticos e econômicos bem definidos. Historicamente, os povos indígenas foram retratados pelas potências colonizadoras — especialmente durante a colonização europeia das Américas — como seres inferiores, sem alma, sem história, com uma religião vista como errada, sem língua válida e sem cultura própria. Essa visão, baseada em uma lógica etnocêntrica e racista, servia a um propósito maior: justificar a espoliação de suas terras, recursos naturais e modos de vida. O projeto colonial envolveu mais do que violência física: ele foi também simbólico e institucional. Tratou-se de um processo de desumanização sistemática, utilizado como ferramenta para legitimar o roubo, o genocídio e a opressão dos povos originários.

Ao pensar na subjetividade indígena e no seu apagamento, compreendemos que este começa a partir do momento em que a história é contada pela perspectiva de seu alhoz, uma vez que em 1500 (d.C), havia, no Brasil, em torno de 4 milhões de pessoas indígenas vivendo em sociedade com cultura, língua, religião e costumes próprios, porém

até nos dias de hoje “os manuais empregados na formação dos estudantes brasileiros não raro apresentam como primeiro capítulo o Brasil dos 1500, como se a chegada do/a colonizador/a às Américas tivesse inaugurado as noções de história, cultura, língua e literatura” (Kahmann *et al*, 2020, p. 66) e para além disso, a construção de uma imagem propaganda a senso comum de que essa população seria selvagem.

Apagamento do sujeito indígena na Psicologia

No que toca falar sobre a História da Psicologia no Brasil, sabe-se que nem sempre esta ciência esteve voltada para o compromisso social com todas as classes sociais e suas demandas, muito antes de sua regulamentação e por algumas perspectivas até para além dela, o Psicologia servia de aparato social para reafirmar as relações de poder, primeiramente aplicando avaliações e selecionando mão de obra útil para os meios de trabalho ou dentro de um âmbito escolar, disciplinando, aplicando teste e reforçando processos higienistas que mantinham apenas os marginalizados dentro de instituições de repressão do Estado.

Assim, a Psicologia se desenvolve, se fortalece e se consolida, como ciência e profissão, na medida de sua capacidade de responder às necessidades geradas por um projeto político, econômico e social dirigido pela nova classe dominante, a emergente burguesia industrial, que tem na modernização a base para suas realizações no campo das ideias e da gestão de seus negócios e da sociedade. (Antunes, 2012, p. 58).

Desta feita, podemos subentender que a população indígena passou por muitos anos apagada e ignorada pela própria psicologia, foi lhe condenado o apagamento desde a colonização dos portugueses, onde a gênese do território é creditada ao povo europeu mesmo existindo um povo com diversidade cultural habitando esta terra há mais tempo, período este que por muito tempo nem a ciência esteve interessada em descobrir, “no livro A temática indígena na escola, Funari e Piñon (2016, p. 110), creditam à “associação do índio com a floresta” e lhe é tirado toda a subjetividade como um indivíduo social e

cultural seguindo por uma invisibilidade perante ao Estado e toda a sociedade brasileira (Oliveira, 2023).

Pois o colonizador não via humanidade na vida nativa apenas mais um objeto de trabalho e um objetivo a ser superado para o que eles acreditavam ser a evolução e colonização, que no final tomou a vida e as almas dos povos originários que lutaram e morreram por tantos anos para serem reconhecidos. (Oliveira, 2023, p. 171).

Assustadoramente, ainda há o silenciamento da psicologia mediante ao etnocídio indígena; a negação da existência desses povos que jamais voltarão que apesar de muita luta social por espaço, reconhecimento e por políticas públicas, já se têm muito perdido, milhares de povos com suas devidas pluralidades, línguas e cultura que jamais serão passadas adiante ou reconhecidas, até mesmo a chance de serem pesquisadas e ainda sim se veem vulneráveis por governantes munidos por classes dominantes que têm o poder e o interesse na degradação socioambiental, invasão de terras, violência e tortura de seus corpos ainda no dia de hoje, mais uma vez pode-se referir o conceito de *Fascismo eterno* (2018) de Humberto Eco a partir da aproximação que ideologia do fascismo – da violência - é uma semente que pode germinar a qualquer momento em qualquer contexto histórico e que nela vemos que existem povos e corpos que são permitidos serem mortos de forma impune pelo próprio Estado, não gerando indignação ou revolta para a sociedade. Há de se pensar qual é a política que define quem deve ser morto e quem não.

Outra importante reflexão é a análise sobre o afastamento da psicologia como ciência e profissão dos povos originários, uma das possibilidades de resposta é baseada na dificuldade acadêmica,

O acúmulo dessas discussões indicaram desafios à Psicologia, enquanto ciência e profissão, diante das questões indígenas: o desconhecimento das populações indígenas quanto à atuação do(a) psicólogo(a); a complexidade das relações interculturais dos grupos indígenas (cosmovisões, traços culturais, dimensão mítico-simbólica) e a diversidade linguística dos grupos étnicos; a falta de articulação entre as instâncias governamentais, como também entre profissionais de saúde; e

a falta de infraestrutura dos órgãos de proteção e a precarização de seus serviços. (Macedo e Silva, 2020, p. 8)

Não se trata apenas de inserir a atuação psicológica em novos contextos, mas de repensar os fundamentos da própria ciência e profissão diante de realidades que escapam à lógica ocidental hegemônica que moldou historicamente a Psicologia. Um desafio é o desconhecimento mútuo: muitos povos indígenas não sabem exatamente quais atuações o profissional de psicologia pode se ater, o que revela uma distância histórica entre a psicologia e essas comunidades. Mas essa lacuna não deve ser interpretada apenas como uma desinformação dos povos indígenas, e sim como um indicativo de que a psicologia, por muito tempo, esteve alheia às realidades indígenas e operou a partir de referenciais que não dialogavam com suas experiências. A atuação psicológica não pode ignorar as cosmovisões, os traços culturais e as dimensões mítico-simbólicas que estruturam o modo de ser e de existir de diferentes povos. Isso exige não só sensibilidade cultural, mas uma abertura epistemológica: a psicologia precisa reconhecer que outras formas de conhecimento, de cura e de compreensão da subjetividade são legítimas e eficazes dentro de seus próprios contextos.

Segundo reflexão de Macedo e Silva (2020) a diversidade linguística também se apresenta como um obstáculo prático, mas, mais que isso, revela a insuficiência de um modelo terapêutico que parte da linguagem como único ou principal mediador do cuidado psicológico, especialmente quando essa linguagem não é compartilhada. Por fim, os problemas estruturais – como a falta de articulação entre instâncias governamentais, a descontinuidade das políticas públicas e a precarização dos serviços – agravam ainda mais o cenário. Não basta a boa vontade de profissionais individuais; é necessário um compromisso institucional e político que garanta condições mínimas para uma atuação ética, respeitosa e efetiva.

Além do fato de que as políticas públicas de saúde no Brasil estão pautadas numa noção territorialista colonial, onde existe o controle do saber médico perante aos corpos, em sua maioria das vezes urbanos, utilizando o método único para tratar doenças tanto físicas quanto mentais e da mesma forma ser orientado do mesmo jeito dentro de ambientes acadêmicos, sequenciando a subalternização dos saberes indígenas e negando seus conhecimentos (Macedo e Silva, 2020).

Destarte, faz-se necessário que seja reorganizada toda a estrutura neocolonialista da saúde brasileira, que advém da ambição de modernizar e civilizar os nativos, como deseja o colonizador e as coordenadas alienantes do governo colonial (Macedo e Silva, 2020) e se reconhecer como arquitetura arcaica e opressora, para além de inacessível de forma operacional que não condiz com a necessidade e subjetividade do sujeito indígena.

Resistência e Reexistência: Caminhos Alternativos

Dentro do atual contexto a melhor forma de se pensar e repensar sobre os anos de violência e crueldade é dar convergência aos múltiplos saberes e perspectivas, se desprender de ideais dominantes e construir uma intercepção entre a saúde e os cuidados da saúde tradicional, como dizem Sales e Junior (2023), a psicologia Indígena vem a ser um movimento na organização estatutária da psicologia que tem como característica uma abordagem voltada para dialogar e atender as necessidades mais particulares dos povos indígenas, e dessa necessidade veio a elaboração de um documento que direciona a prática psicológica nesse contexto, as *Referências Técnicas para atuação dos psicólogos (as) junto aos povos indígenas* (2024).

Atualmente, ainda se faz presente o contexto de civilização brasileira no qual a história do povo indígena é uma história de opressão, perseguição, degradação e genocídio, mesmo com todos esses fatores o Estado em si e todas as outras instituições que fazem parte deste são coniventes com referenciais teóricos que se pautam na ideia que a regulamentação e afirmação de direitos indígenas seria um atraso em todo o progresso nacional, ou até mesmo o prejuízo em áreas que ganham com o extermínio de seus territórios, como o agronegócio. Deste modo, continua-se alinhado com toda a fundamentação do imaginário fascista, com a perspectiva de continuidade e afirmação da sociedade ideal sendo etnocêntrica, mesmo que causem genocídios para manter esse ideal. Outro ponto é o papel da mídia brasileira, que por vezes, imprime os povos indígenas como estranhos, que precisam ser civilizados – e a palavra civilização é empregada no pior sentido possível, como sendo sinônimo de manipulação - (Oliveira, 2023)

Não obstante da perspectiva realidade brasileira, faz-se importante compreendermos e lutarmos por uma psicologia com o seu devido compromisso social, não apenas para se redimir do seu passado, mas como também se revolucionar enquanto profissão e contribuir para lutas justas e necessárias pelos povos indígenas no presente a fim de mudar o futuro. Como escreveu Maria Helena Patto (2002), o que existe é uma história social das ideias, imprescindível à reflexão sobre o presente de uma ciência e de uma profissão. História é unidade de passado, presente e futuro. Para entendermos o presente, é preciso ir em busca de sua constituição histórica. Para pensar o seu futuro é preciso conhecer seu passado e seu presente, sobretudo em busca da identificação dos problemas que terão de ser enfrentados. Impossível pensar o futuro da psicologia sem conhecer sua instituição num lugar e num tempo social e politicamente determinados.

Conclusão

A principal função deste artigo é contribuir para uma reflexão e possibilitar uma ressignificação do imaginário social que desde o período colonial atua com o apagamento constante do sujeito e cultura indígena, que se propaga até os períodos atuais, e que por assim seguiu sem a atenção governamental de políticas públicas e de certa forma agindo com permissão a morte de violência de seus corpos.

O texto buscou contribuir para um aspecto histórico da psicologia e seu lugar com os povos indígenas, além da constatação de como o aspecto colonizador continua atrelado à leitura que muitas pessoas fazem sobre os povos indígenas. Verificou-se que nos primórdios da profissão aqui no Brasil, em muitas situações a psicologia foi omissa, não analisando de maneira crítica as relações de poder, ou até mesmo, contribuindo para a manutenção das relações de poder da sociedade e interesses das classes dominantes, mas que com o passar dos anos e evolução de sua ciência se reconheceu como importante mecanismo de luta e compromisso social com todas as partes de uma só população.

Conclusivamente, além de confirmar a necessidade de mais pesquisas sobre a temática, o artigo buscou contribuir com o que ainda precisa ser feito em relação a garantia de direitos dos povos indígenas, como uma comunidade cujos partícipes são

seres sociais, culturais, e possui ancestralidade que remonta muito antes do período colonial, e isso deve ser valorizado, para além da valorização de sua literatura, arte e liberdade de expressão. Faz-se mister que os povos indígenas, bem como pesquisas que tratam da temática, ocupem ainda mais lugares sociais e principalmente acadêmicos de forma que se integrem e agreguem saberes para a psicologia como ciência e profissão a fim de ultrapassar estereótipos preconceituosos e discriminatório que visem a manutenção de uma sociedade excludente e violenta.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **PSICOLOGIA NO BRASIL: um ensaio sobre suas contradições**. Psicologia: ciência e profissão, 2012, 32 (num. esp.), p. 44-65.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Nota técnica sobre atuação de psicólogas(os) junto aos povos indígenas**. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP, 2024.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FERRO, Angelo Luiz. SOUZA, Italo Diego de. WINOGRAD, Monah. **APROXIMAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE E O FASCISMO ETERNO**. Artigo. [s.d].

FERRARINI, Norma da Luz. CAMARGO, Denise de. **O SENTIDO DA PSICOLOGIA E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: estudo com estudantes e professores do curso de Psicologia da Universidade Federal do Paraná**. Artigo Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2009. Disponível em: https://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/406.%20o%20sentido%20da%20psicologia%20e%20o%20processo%20de%20constitui%C7%C3o%20do%20sujeito.pdf .Acessado em 19 ago 2025.

GEITENS, Fátima Elisabeth. **O QUE É O SUJEITO? O OLHAR DA PSICANÁLISE**. Artigo Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2017.

KAHMANN, Andrea Cristiane. BERTOLDI, Marcia Rodrigues. FIGUEROA, Isabela. BRINGUENTE, Ana Carla Oliveira. **LÍNGUAS, LIVROS E LEIS: O APAGAMENTO DA CULTURA INDÍGENA E RESISTÊNCIA**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.17, n.37, p.61-87, Janeiro/Abril de 2020.

LOPES, Danilo Cleiton. SATHLER, Conrado Neves. **O PAPEL DA(O) PSICÓLOGA(O) NA SAÚDE INDÍGENA.** Psicologia: Ciência e Profissão 2022 v. 42, e240841, 1-15.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/4vPTz7VcMBLyztLDnjjcNmM/?format=pdf&lang=pt> .

Acessado aos 11 ago 2025.

OLIVEIRA, Mário Guilherme de. O APAGAMENTO CULTURAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS A LUZ DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. **COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNICAP**, [S. l.], v. 17, p. 169–182, 2024. Disponível em:

<https://www1.unicap.br/ojs/index.php/coloquiodehistoria/article/view/2664>. Acesso em:

08 ago. 2025.

PATTO, Maria Helena S. **O QUE A HISTÓRIA PODE DIZER SOBRE A PROFISSÃO DO PSICÓLOGO: a relação da Psicologia-Educação.** In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). Psicologia e o compromisso social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GUIMARÃES SALES, I. E. .; ROBERTI JUNIOR, J. P. Psicologia e Povos Indígenas em Roraima: Reflexões Decoloniais. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 29, n. 02, p. e7811 , 2023. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v29i02.7811. Disponível em:

<https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/7811> . Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, Jerto Cardoso da. GARCIA, Edna Linhares. **PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO.** Artigo Barbaroi. 2011.

SILVA, Brisana Índio do Brasil de Macêdo. MACEDO, João Paulo. **POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E A DESCOLONIZAÇÃO DA PSICOLOGIA.** Artigo Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, PI. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/bsBPBz3rBzHKGxGvS9tjyJ/?format=pdf&lang=pt>

.Acessado em 20 ago 2025.

SOUZA, Pedro Fernandez de. FURLAN, Reinaldo. **A QUESTÃO DO SUJEITO EM FOUCAULT.** **Psicologia USP** 2018 | volume 29 | número 3 | 325-335. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/4kkKdt5mwfDcGJXtjZZ4jRF/?format=pdf&lang=pt> .